



CUIDADOS NECESSÁRIOS PARA A IMPLANTAÇÃO DA PESQUISA INSTITUCIONALIZADA NAS UNIVERSIDADES PARTICULARES

Roberto Leal Lobo e Silva Filho

O Conselho Nacional de Educação regulamentou, pela Resolução CES nº 2, de 7 de abril de 1998, a pesquisa institucionalizada que uma universidade precisa apresentar para se credenciar ou recredenciar com o status de universidade, exigência da nova LDB para que essas IES possam gozar da autonomia e do reconhecimento social dessa denominação.

Louvamos a preocupação dos dirigentes das IES privadas e a decisão de algumas de, imediatamente, enquadrarem-se ao que a lei determina, porém, considerações a respeito do encaminhamento que esse assunto pode vir a tomar internamente e dos riscos que isso pode representar, caso algumas precauções não venham a ser tomadas, nos leva a reflexões, mais focalizadas no setor privado da educação superior brasileira.

A pesquisa institucionalizada para as universidades, como a lei determina, significa que a pesquisa deve fazer parte da cultura institucional, nela ter prioridade, continuidade e uma massa crítica mínima capaz de contagiar outros segmentos com a atividade de produzir novo conhecimento.

Novo conhecimento significa que os professores devem trabalhar em questões capazes de serem reconhecidas como verificações ou alterações de paradigmas das respectivas áreas.

Não são meros levantamentos de dados, porque dados, nossos sentidos recebem a todo o instante e não fazem pesquisa por isso.

Também não se trata de dados coletados de maneira organizada. É preciso que estes dados sejam coletados, organizados e analisados de modo a responder a uma pergunta inédita para, se for o caso, serem utilizados como base para o novo salto do conhecimento. Para realizar-se a pesquisa, em seu verdadeiro sentido, é preciso:

" Que se conheça o estado da arte, isto é, os paradigmas, suas comprovações e os possíveis problemas referentes a eles;



" Que se disponha de informações, literatura, congressos, etc., em que se verifique quais as discussões e as linhas de investigação que estão sendo conduzidas em relação às questões que se quer pesquisar;

Dispor de pesquisadores experientes para liderar as grandes áreas de pesquisa para poder identificar problemas importantes, saber conduzir as investigações nos meandros dialéticos da descoberta e ser capaz de identificar, no que vem sendo pesquisado, o novo e o importante;

- Contar com pesquisadores jovens, capazes de disporem de tempo para a realização das tarefas corriqueiras, muitas vezes necessárias ao desenvolvimento da pesquisa, que estejam em fase de treinamento para se tornarem pesquisadores experientes e que possuam a ousadia própria dos jovens para, se bem orientados, tentarem as soluções que a erudição dos mais velhos censura;
- Se possível, contar com pesquisadores em faixas intermediárias de idade para fazerem a ponte entre a experiência e a juventude;
- Além dos recursos humanos, que são o mais importante pilar da pesquisa, é preciso prever infra-estrutura física de espaço para os docentes / pesquisadores e para os laboratórios, uma biblioteca e um sistema de informação científica eficientes, um programa de intercâmbio e de participações em congressos e conferências nacionais e internacionais (para isso se pode obter financiamento externo, pelo menos em parte, se houver qualidade e contra partida institucional);
- Ousar divulgar os trabalhos de pesquisa realizados em revistas científicas internacionalmente (em alguns casos nacionalmente) respeitadas; não valorizar nem se satisfazer com publicações caseiras que não são lidas, rigorosamente, por ninguém.
- Além dos grupos de pesquisa que realizam a pesquisa institucional é preciso permitir que floresça, numa certa medida, a pesquisa individual, porém, de igual qualidade, que deverá sempre ser avaliada por pares externos, e que acabam compondo uma produção científica que contribui para a postura investigativa do corpo docente e para os indicadores de produção institucional;
- É fundamental que estes grupos de pesquisa se integrem institucionalmente, isto é, que seus membros sejam professores de graduação e seus bolsistas sejam estudantes da universidade.
- Já a iniciação científica é conseqüência da atividade de pesquisa dos docentes, uma vez que os estudantes precisam ser orientados para identificar o tema da pesquisa, a metodologia a ser empregada, ser informados da literatura moderna no assunto e do estado da arte.



É preciso que alguém capacitado identifique a importância contextualizada dos resultados obtidos, que nem sempre possuem uma vinculação explícita ao curso, mas podem atender a uma visão multidisciplinar, o que nos obriga a rever o próprio conceito de que a iniciação científica só deve ser feita, diretamente e exclusivamente, ligada ao curso de graduação.

A iniciação científica não pode e não deve ser feita por alunos sem orientação ou isoladamente e pode, sim, fazer parte da orientação de quem não participa dos grupos de pesquisa, mas que desenvolve essa atividade como desdobramento natural de sua formação acadêmica e de sua dedicação à universidade. O pesquisador individual pode ser orientador da pesquisa de iniciação científica desde que esta faça parte de um programa institucional que julgue a proposta de investigação e a aprove.

Neste sentido, o que a LDB prega, e que se transforma na Resolução do CSE, é que as universidades tenham implantado a cultura da pesquisa. Se houver três grupos de pesquisa com qualidade internacional, em que convivam pesquisadores experientes, jovens pesquisadores e estudantes, além de apoio aos pesquisadores qualificados e capazes de produzir ciência, individualmente ou em pequenos grupos, estarão atendidos, necessariamente, a maioria dos requisitos da resolução, desde que os outros indicadores, como proporção de número de doutores envolvidos etc., estejam contemplados.

Se este programa for implantado a partir de um planejamento estratégico adequado, (que deve também analisar se for o caso, é claro, a atual estrutura de pesquisa e se os grupos ou linhas existentes possuem qualidade para preencher os requisitos institucionais e a legislação) e souber atrair algumas lideranças expressivas, ele tem tudo para ser bem sucedido, sem que seus custos sejam proibitivos (um pesquisador de renome custa menos do que um médico de renome) e trarão uma grande mudança na qualidade da instituição.

A pesquisa institucionalizada não pode ser feita com dois, três ou quatro doutores; na verdade, não há número certo de professores titulados para assegurar o desenvolvimento de pesquisas, dependendo, este dimensionamento, dos próprios objetivos do grupo e das necessidades da linha de pesquisa, além, e fundamentalmente, das possibilidades de financiamento presente ou futuro (de curto e médio prazos) nacional e internacional.

O dimensionamento dos grupos e a previsão de investimentos dependerão, e para isto deverão ser objeto de profunda análise na instituição, da área de pesquisa: teórica ou experimental, básica ou aplicada, biológica, exatas, engenharias, humanidades, etc.



Existe a impressão de que a pesquisa numa instituição particular deva ser aplicada porque ela é mais financiável. Este premissa, em geral, é falsa, pois noventa por cento da pesquisa brasileira é financiada por agências governamentais ou instituições sem fins lucrativos e estas financiam mais facilmente, até hoje, a pesquisa de qualidade, mesmo a básica, do que a pesquisa imediatista e útil para um só cliente (que, geralmente, não está disposto a financiá-la).

É preciso refletir sobre isso e levar estes dados em conta no planejamento da pesquisa institucional.

Consideramos um alto risco apressar-se para definir e restringir linhas ou se constituir grupos de pesquisa sem um planejamento prévio que assegure sua continuidade, qualidade nacional e internacional, levantamento de custos e possibilidades de financiamento e a capacidade de atrair lideranças nas áreas escolhidas. Porém, o que mais nos preocupa é que se estruture uma carreira acadêmica em uma universidade, coloque-se, por exemplo, dezenas de professores em tempo integral, a maior parte deles doutores, para restringir sua atividade à expectativa única de atender aos critérios do MEC.

É preciso acreditar que a atividade de pesquisa contribui para a formação do aluno na medida em que auxilia o corpo docente a estar na fronteira do conhecimento e a desenvolver uma postura de investigação e de dúvida, além de permitir o novo e o contraditório, e as escolhas devem levar isso em consideração, além da própria oportunidade que a realidade regional da universidade proporciona para a atividade de pesquisa.

Uma universidade deve ser mais do que um aglomerado de cursos e de professores, e ela se diferencia de uma faculdade por poder proporcionar ao aluno uma vida acadêmica que vai além da repetição de conteúdos e do treinamento técnico, em uma formação de nível superior que permita o crescimento intelectual e a capacidade de buscar novas soluções aos problemas da sociedade.

A pesquisa agrega qualidade à graduação se com esse espírito ela for desenvolvida. É a colheita de uma lavoura que precisa de algumas sementes selecionadas e terreno preparado, mas não é uma aposta de um para um. Escolham-se de forma inadequada três linhas e só três linhas, e até o objetivo de resultado quantitativo pode ficar prejudicado.



Sabemos que os prazos do MEC são motivo de profunda apreensão por parte de todos, mas temos certeza de que a avaliação de uma universidade levará mais em conta a existência de um bom projeto institucional, que defina a forma de atuação nas áreas de pesquisa, ensino e extensão, como elas se relacionam e a qualidade do corpo docente e da estrutura colocada à sua disposição, do que exclusivamente os elementos numéricos de um trabalho, cuja qualidade poderá ser considerada duvidosa.

O que nos move nessas considerações é um real envolvimento profissional com o ensino superior e o desejo de que o futuro da universidade privada possa ser promissor, que seus investimentos possam trazer resultados duradouros e que os alunos sejam os seus principais beneficiários.

Artigo publicado na ABMES NOTÍCIAS, da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, edição 07-08/2000 e inserido no site em 06/2000.